

EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TERRITÓRIO DO BAIXO-PARNAÍBA MARANHENSE: a Vigilância Socioassistencial nos municípios de Belágua (MA) e São Benedito do Rio Preto (MA)

THE SOCIAL ASSISTANCE POLICY IN THE TERRITORY OF THE LOWER PARNAÍBA OF MARANHÃO: Social Assistance Surveillance in the municipalities of Belágua (MA) and São Benedito do Rio Preto (MA)

Kristin Carina Moura Melo¹
João Lucas de Araújo Oliveira²
Amanda de Oliveira Lisboa³
Aurora Amélia Brito de Miranda⁴

RESUMO

Este estudo objetiva socializar informações quanto às situações de vulnerabilidades, demandas e potencialidades dos usuários da Política de Assistência Social em Belágua (MA) e São Benedito do Rio Preto (MA). Metodologicamente, procedeu-se a pesquisa de campo e parte dos estudos do Projeto “Cartografia da Vigilância Socioassistencial: uma experiência de pesquisa-ação no Baixo Parnaíba maranhense”. Por fim, verificamos incipiência da Vigilância Socioassistencial desenvolvida nos municípios estudados, as principais demandas dos usuários da Política de Assistência Social e as potencialidades naturais e culturais desses territórios.

Palavras-chave: Vigilância Socioassistencial; Baixo Parnaíba; PNAS.

ABSTRACT

This work aims to socialize information about the situations of vulnerability, demands and potential of users of the Social Assistance Policy in Belágua (MA) and São Benedito do Rio Preto (MA). Methodologically, we conducted out field research and part of the

¹ Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão; Email: kristinmoura@hotmail.com.

² Discente de Geografia pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: joao.lao@discente.ufma.br.

³ Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Email: amanda.lisboa@discente.ufma.br.

⁴ Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Doutora. Email: aurora.abm@ufma.br.

studies of the project "Cartography of Social Assistance Surveillance: an action-research experience in the Baixo Parnaíba region of Maranhão". The study is analyzed in the light of Karl Marx's dialectical historical materialism. Finally, we verified the incipiency of the Social Assistance Surveillance developed in the municipalities studied, the main demands of users of the Social Assistance Policy and the natural and cultural potential of these territories.

Keywords: Socio-assistance surveillance; Baixo Parnaíba; PNAS.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a Política de Assistência Social no território do Baixo Parnaíba Maranhense, com ênfase nos municípios de Belágua (MA) e São Benedito do Rio Preto (MA). Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE, 2017), o território do Baixo Parnaíba Maranhense é integrado por municípios que se situam na região geográfica intermediária de São Luís e com outros situados na divisa Maranhão-Piauí.

Esse território é constituído por dezesseis municípios, os quais ocupam parte dos vales das bacias hidrográficas do Alto Munim e, sobretudo, do Rio Parnaíba, conferindo a designação da região (Azevedo; Dantas; Farias, 2016). É biodiverso, rico em recursos naturais e em história, caracterizando-se por dinâmicas plurais de relações socioculturais e político-econômicas. Assim, o Baixo Parnaíba Maranhense, também é atravessado por expressões da questão social e situações de violação de direitos, as quais demandam por atenção e proteção social garantidas por meio de políticas sociais, como as Políticas de Saúde, Educação, Habitação e Assistência Social.

Tratando-se da Política de Assistência Social, destacamos a Vigilância Socioassistencial como importante função para a sistematização de informações dos territórios. Isso porque a Vigilância Socioassistencial deve auxiliar as atividades de planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, como monitoramento e avaliação, produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas (Brasil, 2013).

Em 2018, o Governo do Estado do Maranhão e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão – FAPEMA, lançaram o edital nº 035/2018, “Redes Territoriais”. O edital buscou promover o desenvolvimento territorial por meio de projetos de pesquisa e extensão, dentro da linha de ação “Mais Inovação” e no âmbito do Programa “Tecnologia Social” (FAPEMA, 2018).

Com base nesse edital, deu-se o desenvolvimento do Projeto⁵ de pesquisa sobre o território do Baixo Parnaíba maranhense, do qual o presente trabalho aborda parte dos seus resultados. O Projeto foca, sobretudo, nas necessidades, potencialidade e demandas dos usuários da Política de Assistência Social e na oferta de serviços socioassistenciais, desenvolvidos nos dez municípios de menor IDH da região do Baixo Parnaíba – MA, a saber: Água Doce do Maranhão, Araioses, Brejo, Buriti, Milagres do Maranhão, Santana do Maranhão, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, Tutóia e Belágua.

Este trabalho objetiva socializar informações quanto às necessidades e potencialidades dos usuários da Política de Assistência Social nos municípios de Belágua (MA) e São Benedito do Rio Preto (MA), durante o ano de 2022 e 2023. A metodologia adotada consistiu em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, com aplicação de questionários e a realização de oficinas com os operadores e usuários da Política de Assistência Social. Quanto ao método, os resultados parciais foram analisados sob a luz da perspectiva crítica.

Organizamos o artigo em duas partes: na primeira, analisamos a Vigilância Socioassistencial, com base no discurso oficial da Política de Assistência Social; e a segunda, atinente aos resultados preliminares obtidos durante a pesquisa in loco acerca da operacionalização da Vigilância Socioassistencial nos municípios de Belágua e São Benedito do Rio Preto.

2 A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL COMO FUNÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: EXPLORANDO O CONCEITO E ENFRENTANDO DESAFIOS EMERGENTES

A partir da atualização da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, a Vigilância Socioassistencial foi entendida como um dos objetivos da Política de Assistência Social junto a Proteção Social e Defesa de Direitos. Trata-se de "um dos instrumentos das proteções da Assistência Social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território (Brasil, 2011, p. 5).

Conforme a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, a Vigilância Socioassistencial é considerada como função a ser operacionalizada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. É conceituada como a produção e sistematização de

⁵ Projeto Cartografia da Vigilância Socioassistencial: uma experiência de pesquisa-ação no território do Baixo Parnaíba/MA.

informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias/pessoas, também é responsável pelo monitoramento sobre os padrões das ações socioassistenciais (Brasil, 2004).

Nessa perspectiva, a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS orienta que essa função da Política de Assistência Social deve buscar:

conhecer o cotidiano da vida das famílias, a partir das condições concretas do lugar onde elas vivem e não só as médias estatísticas ou números gerais, responsabilizando-se pela identificação dos 'territórios de incidência' de riscos no âmbito da cidade, do Estado, do país, para que a Assistência Social desenvolva política de prevenção e monitoramento de riscos (Brasil, 2005, p. 22).

Nessa lógica, a Vigilância Socioassistencial não deve ser desenvolvida a partir de uma perspectiva punitivista, mas sim visando otimizar as informações coletadas das ações socioassistenciais, promovendo retorno e qualificação à rede socioassistencial nos territórios. Por essa razão, ela deve manter estreita relação com as instituições responsáveis pela oferta dos serviços socioassistenciais à população nas Proteções Sociais Básica e Especial (Martinelli; Silva; Santos, 2015).

Levando em consideração que a operacionalização da Vigilância Socioassistencial ocorre com base na coleta de dados sobre o território, usuários e ações socioassistenciais, ela pode proporcionar maior utilidade às ferramentas de informações da Política de Assistência Social, a saber: o Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), o Protocolo de Gestão Integrada, os Censos SUAS, os Prontuários SUAS, os Registros de Atendimento (RMAs), assim como os estudos e mecanismos desenvolvidos pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) (Martinelli; Silva; Santos, 2015).

Dessa forma, compreendemos que Vigilância Socioassistencial também está relacionada ao repasse de recursos para o município, visto que contribui para os instrumentos de gestão do SUAS, sobretudo para o Plano de Assistência Social, cuja construção requer a apropriação da realidade do município ou estado através do diagnóstico socioterritorial (Martinelli; Silva; Santos, 2015).

Para realizar o diagnóstico socioterritorial, faz-se necessário compreender a categoria território para além de características geológicas ou recursos naturais, mas sim como "um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (Souza, 1995, p. 78). A referida pesquisa embasou suas análises na concepção antropológica e geográfica de território vivo e

existencial, repleto de símbolos, histórias, vínculos afetivos e relações de poder, bem como as contradições características do modo de produção capitalista

A interação entre os sujeitos e o espaço onde vivem geram, numa espécie de simbiose, novos significados que constroem o território. De acordo com Raffestin (1980, p. 143), “o território é construído a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa) em qualquer nível”. Isso significa que à medida em que os sujeitos se apropriam de um ambiente, concreta ou simbolicamente, é desenvolvido a “territorialização” do espaço.

Diante disso, consideramos que os usuários e operadores participantes das oficinas realizadas no âmbito do projeto, também se configuram como sujeitos que se apropriam e transformam o território em que vivem. Miranda (2021) explica que a ligação estabelecida entre os povos e comunidades tradicionais com seu espaço é mais intrínseca, pois, para além de um território provedor de recursos, o espaço é usado de forma mais intensa pela apropriação simbólico-religiosa e do exercício da vida.

Sendo assim, a Vigilância Socioassistencial se caracteriza como importante mecanismo de monitoramento dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais ofertados no território. Ela contribui para o mapeamento das situações de vulnerabilidade e risco, assim como para identificação das demandas dos usuários.

Entretanto, a pesquisa *in loco* permitiu cotejar o discurso oficial da Política de Assistência no que tange a Vigilância Socioassistencial e a sua implementação na região do Baixo Parnaíba maranhense, especificamente, nos municípios de Belágua e São Benedito do Rio Preto, foco deste trabalho.

3 O ACESSO PRECARIZADO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DILEMAS NA OPERACIONALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NOS MUNICÍPIOS MARANHENSES BELÁGUA E SÃO BENEDITO DO RIO PRETO

Inicialmente, realizamos uma pesquisa nas principais ferramentas online de levantamento de dados secundários sobre os dois municípios: a plataforma Relatórios de Informações RI v.4 da Política de Assistência Social; e o IBGE Cidades. Observamos que esses municípios possuem características semelhantes nas dimensões socioeconômica, política e cultural, apesar das suas particularidades. Ambos os municípios são classificados em Pequeno

Porte I (até 20.000 habitantes) (Brasil, 2024).

TABELA 1. PIB, unidade territorial, densidade demográfica, IDHM e taxa de população urbana/rural dos municípios estudados

Município (MA)	Área da unidade territorial (2022)	Densidade demográfica (2022)	PIB per capita (2021) (R\$)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM (2010)	% da população Urbana (2010)	% da população rural (2010)
Belágua	569,606 km ²	14,85 hab/km ²	8.006,04	0,512	50%	50%
São Benedito do Rio Preto	931,485 km ²	19,71 hab/km ²	7.644,43	0,541	38%	62%

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo IBGE (2024) e pelo Relatório de Informações – RI v.4 (2024).

Considerando o exposto na tabela 1, notamos que o município de Belágua, possui menor IDHM, comparado a São Benedito do Rio Preto, mas os dois territórios possuem baixo índice na faixa de desenvolvimento humano municipal. Observamos ainda, que a população desses municípios habita, sobretudo, na zona rural, vivem da produção da agricultura familiar e da pesca como atividade econômica.

Em face disso, foi possível constatar que os municípios são marcados por refrações da questão social relacionadas a conflitos socioambientais, expansão irregular do agronegócio, expropriação de terras, poluição, assim como a sua população enfrenta as vicissitudes decorrentes dessas problemática, conforme dados e falas coletadas durante as oficinas participativas.

No que se refere ao acesso à Política de Assistência Social, verificamos que um expressivo contingente populacional desses municípios está inscrito no Cadastro Único (CadÚnico), de modo que o quantitativo de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e risco é alarmante. No ano de 2022, em São Benedito do Rio Preto foi estimado uma população de 18.364 pessoas.

A partir dos dados atualizados disponibilizados pelo Relatório de Informações – RI v.4 do SUAS (Brasil, 2024), em março de 2024, o total de 16.373 pessoas estavam cadastradas no CadÚnico, de forma que 13.374 pessoas estavam em situação de pobreza. Da mesma forma, em 2022, o município de Belágua foi estimado com uma população de 8.460 pessoas.

Contudo, segundo o RI v.4 do SUAS (Brasil, 2024), em (março de 2024), 8.469 pessoas

estavam inscritas no Cadastro Único, dessas 7.183 em situação de pobreza. Logo, entendemos que há a possibilidade do aumento da população entre 2022 e 2023, mas ressaltamos que durante a pesquisa in loco, identificamos que pessoas e famílias de territórios adjacentes, se cadastram e buscam os serviços da Política de Assistência Social nos 02 municípios.

No que se refere aos Equipamentos do SUAS, constatamos que o município de Belágua, possui 01 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e 10 Centros de Convivência, o que demonstra que o município acessa a Proteção Social Básica. Por sua vez, o município de São Benedito do Rio Preto, dispõe de 01 CRAS, 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e 01 Centro de Convivência, ilustrando que esse município possui acesso às Proteções Sociais, Básica e Especial (Brasil, 2024).

Conforme o Relatório SUAS (2023), os dois municípios implementam dois dos três serviços da Proteção Social Básica, a saber: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV). Não foi possível constatar informações sobre o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Averiguamos que o Programa Bolsa Família é a ação socioassistencial mais acessada nos dois municípios, com destaque para São Benedito do Rio Preto, que possui maior cobertura de acesso em relação às pessoas inscritas no CadÚnico (Brasil, 2024). Além disso, a capacidade de atendimento às famílias referenciadas nos territórios estão conforme a previsão da NOB-SUAS (Brasil, 2011).

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) também é ofertado nos dois municípios. Em abril de 2024, Belágua totalizava 288 beneficiários e São Benedito do Rio Preto, o quantitativo de 633 beneficiários, de forma que pessoas com deficiências se destacaram como principais beneficiários. Também ressaltamos o Programa de Fomento a Atividades Produtivas Rurais e o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais – Programa Cisternas.

Esses Programas são especialmente voltados para o incentivo às atividades e produção rural, podendo contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar, configurando importante política para a garantia de direitos. Sobre o Programa de Fomento às Atividades Produtivas, este programa está presente nos dois municípios, tendo como foco a inclusão social e o investimento de recursos financeiros para viabilizar as atividades produtivas.

O programa Cisternas representa uma importante política, que objetiva a promoção do

acesso à água para o consumo humano, animal e para produção agrícola nessas localidades. Sendo destinado às famílias rurais, povos e comunidades tradicionais em situação de pobreza, o programa contribui diretamente para a saúde e segurança alimentar das famílias beneficiárias, tanto pelo acesso à água limpa para consumo, quanto por sua contribuição para produção de alimentos, fazendo uso de tecnologias simples e inovadoras.

No entanto, o Programa Cisternas ainda é pouco acessado nos municípios de Belágua e São Benedito do Rio Preto, os quais não possuem beneficiários do programa. Logo, em razão do alto índice de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, é importante investir na cobertura desses programas, visto que podem contribuir no enfrentamento à pobreza e insegurança alimentar nos municípios.

Após o levantamento de dados secundários, realizamos a pesquisa de campo nos dez municípios de menor IDHM do Baixo Parnaíba maranhense. Aplicamos questionários e realizamos oficinas participativas com usuários e operadores da Política de Assistência Social. Para fins de esclarecimentos, em Belágua participaram 21 pessoas (07 usuários e 14 operadores do SUAS), enquanto em São Benedito do Rio Preto, participaram 8 pessoas (03 usuários e 05 operadores).

No município de São Benedito do Rio Preto, desenvolvemos as oficinas no Cine Teatro Edmar Aguiar/Centro da cidade. O Cine Teatro é local de exposições e exibições artístico-midiáticas, eventos sociais e audiências públicas. Houve 41 participantes, dentre eles usuários, operadores da equipe de referência do CRAS e servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social. Também participaram representantes do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município.

As principais expressões da questão social no município são referentes ao uso abusivo de drogas, violência doméstica e sexual, gravidez na adolescência, conflitos agrários constantes em 17 pontos do município, dentre eles os povoados Boião, Baiseão e Guarimã. Esses conflitos são resultados da disputa de terras entre trabalhadores rurais e o agronegócio, envolvendo empresários e/ou políticos da região.

Em relação ao acesso às políticas públicas, os participantes destacaram a precariedade na cobertura de saneamento básico e dificuldades de acesso aos povoados Limão, Marçal dos Brancos, Faveira, Riachão do Caldas, Florêncio e Guapial que se intensificam no período chuvoso, dificultando, tanto o acesso de seus moradores aos serviços básicos na sede do município, quanto, a chegada de profissionais de políticas públicas às localidades. Outra

problemática citada foram os limites na comunicação do poder público com o CRAS, entidades da sociedade civil, a exemplo dos sindicatos.

No município de Belágua, a oficina foi realizada na sede do CRAS, com operadores da Política de Assistência Social, servidores da Secretaria da Mulher, da Saúde, da Educação e pessoas da sociedade civil. As refrações da questão social citadas pelos participantes na zona urbana foram o uso abusivo de substâncias, com um grande número de adolescentes envolvidos e sem políticas de enfrentamento contra o tráfico de drogas, demanda que é encaminhada exclusivamente para o CRAS.

Na zona rural, os participantes destacaram as situações de extrema pobreza, causadas, segundo eles, pela desorganização do Governo Federal na oferta dos programas socioassistenciais: o Programa Bolsa Família, na época Auxílio Brasil; e o Seguro Defeso. Informaram ainda, a falta de moradia de qualidade e o conflito territorial nos povoados de Vaca Velha de Fora, Buritizinho, Sagrado Coração, Paus Altos e Olho D'água dos Diniz.

Constatamos que o acesso à água potável e energia elétrica é precarizado nos territórios de Olho D'água, Lagoas, Soledade, Estiva dos Marocas, Dois Paus do Guilhermino, Barro Vermelho. O município de Belágua também é marcado pelo conflito agrário e pelo agronegócio, sobretudo nos povoados de Buritizinho e Estiva do Alfredo, de maneira que o sindicato dos trabalhadores rurais e a diocese estão envolvidos na defesa do território.

Além disso, também foram relatados os conflitos territoriais com o município de Humberto de Campos, visto que alguns povoados ficam na divisa entre os dois municípios. Isso pode refletir no aumento da quantidade de pessoas inscritas no CadÚnico, em relação ao contingente populacional do município de Belágua.

No que tange a Vigilância Socioassistencial nos municípios, os operadores de Belágua apresentaram melhor entendimento sobre essa função em relação a São Benedito do Rio Preto. Apesar de que, neste também exista um setor da Vigilância Socioassistencial, a compreensão fragilizada dos operadores pode estar relacionada a incipiência do setor da Vigilância Socioassistencial no território, a qual é composta por somente um profissional.

No decorrer da pesquisa de campo, identificamos que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o Programa Criança Feliz (PVF) e o Bolsa Família são as principais ações socioassistenciais presentes nos dois municípios analisados em tela. Destacam-se o Programa Primeira Infância em ambos os territórios e um Restaurante Popular, que foi identificado

apenas em São Benedito do Rio Preto.

A respeito das situações de vulnerabilidade e risco apontadas pelos participantes da pesquisa, analisamos que as principais expressões da questão social que acomete os municípios são as situações de violação de direitos da criança e adolescente, violência doméstica, a extrema pobreza, o uso abusivo de drogas e o acesso precarizado às políticas públicas.

Os conflitos socioambientais relacionados à terra e água atravessam todo o território do Baixo Parnaíba maranhense, marcado pela luta por terras, queimadas descontroladas, processo de grilagem, expansão irregular do agronegócio e a poluição do ar, das águas e do solo. Como no território prevalece a agricultura familiar e a pesca, esses conflitos e a presença e expansão desordenada do agronegócio, intensificam as situações de extrema pobreza, insegurança alimentar e o desemprego.

O acesso precarizado ao saneamento básico e a água potável encanada, também, foram indicados como dificuldades, de modo que as famílias procuram alternativas, como cacimbões, poços artesianos ou dependem dos igarapés e rios presentes na região para cozinhar, realizar a higiene pessoal, lavar roupas e plantar.

Não obstante as situações de vulnerabilidade e risco vivenciadas no território, foi possível observar durante a pesquisa que os municípios possuem potencialidades culturais, turísticas, naturais e socioeconômicas, as quais podem contribuir para melhoria da qualidade de vida e enfrentamento às expressões da questão social.

Nessa lógica, os belaguenses destacaram os recursos naturais hídricos, como rios, a lagoa do Vassoural e a cachoeira do Domingos. Além disso, indicaram os festejos religiosos e culturais que fazem parte da história do município, tais como o festejo de Nossa Senhora da Conceição e o Bumba-Boi.

No território de São Benedito do Rio Preto, os operadores indicaram os recursos naturais como potencial turístico, o Rio Preto que banha e dá nome à cidade, as festividades de caráter sagrado, como o festejo do padroeiro São Benedito. Além da Festa dos Violeiros, quando os participantes dessa festa passam uma noite de cânticos e danças em um cemitério na localidade da Fazenda Nova, a disposição de terras plantáveis e mão de obra para impulsionar a agricultura familiar no município.

Diante disso, analisamos que as potencialidades dos municípios pesquisados, estão relacionadas aos recursos naturais e hídricos, com destaque para a biodiversidade da fauna e flora do Cerrado, os rios, lagoas, cachoeiras e balneários. A agricultura familiar, a pesca e

extrativismo artesanal, costura e o artesanato (madeira, búzios, argila, entre outros) são importante fonte de renda para as famílias, demonstrando que a preservação da natureza é essencial para vida das famílias que habitam nesses territórios.

3 CONCLUSÃO

O levantamento de informações e dados durante a pesquisa de campo possibilitou a aproximação com a realidade dos municípios estudados, de maneira que identificamos as particularidades e desafios presentes em suas realidades. As demandas apresentadas pelos participantes dizem respeito a expandir a cobertura das ações socioassistenciais para os povoados mais distantes, em especial para famílias que possuem dificuldades em se deslocar até à sede; a ausência de investimento público em recursos humanos e materiais nas unidades de atendimento do SUAS; e a necessidade de aprimorar a articulação em rede com outras políticas públicas presentes no território.

A Região do Baixo-Parnaíba maranhense se configura como território de interesse político e, sobretudo, econômico, tendo em vista o avanço desenfreado do agronegócio. Assim, percebemos que as manifestações da questão social atinentes à insegurança alimentar, situações de vulnerabilidade e risco, ausência de saneamento básico e habitação de qualidade foram identificados.

Compreendemos que as informações levantadas durante a pesquisa de campo, estão sintonizadas com os dados secundários, disponibilizados nos Relatórios de Informações Sociais do SUAS. No entanto, isso não incide em informações sobre a qualidade da implementação e acesso a esses serviços e programas pelos usuários, tanto que os operadores apontaram os desafios enfrentados para o desenvolvimento dessas ações nos municípios.

Em face disso, inferimos que a participação de mais usuários não só na pesquisa, mas em todas as atividades que se referem ao território é essencial para compreender a realidade dos municípios em sua totalidade, assim, é fundamental a participação dos usuários e trabalhadores do SUAS na Política de Assistência Social.

Outrossim, ao concluir este trabalho, entendemos que há muito a ser problematizado sobre o acesso das famílias que residem na região à Política de Assistência Social, assim como a sua operacionalização nesse território, o qual é atravessado por contradições, características

do modo de produção vigente, porém é repleto de potencialidades que podem contribuir para o seu enfrentamento.

Identificamos, que a organização de um setor da Vigilância Socioassistencial e o desenvolvimento das suas atividades acontece de forma reduzida e, muito menos, é sistematizada e articulada enquanto gestão nos municípios, o que deve ser construído o quanto antes, no sentido de mais qualificação da Política de Assistência Social nos municípios.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. R.; DANTAS, J. S.; FARIAS, M. F. (Org.) **Análise sobre a política territorial no Baixo Parnaíba-MA**. São Luís: EDUFMA, 2016. 60 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/123456789/479>. Acesso em: 10 de maio. 2024.

BRASIL. Capacita SUAS. Caderno 3 (2013). **Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, 2013.

_____. **Nova LOAS**. Conselho Nacional de Assistência Social. Lei nº 12.435, de 06 /07/ 2011. Dispõe sobre a Organização do SUAS. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 19 de mar. 2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social** – PNAS/2004. Brasília, DF: MDS, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica de Assistência Social** – NOB/SUAS. Resolução n. 130, de 15 de julho de 2005. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório de Programas e Ações**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?aM=0&codigo=0&aM=0>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FAPEMA - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA. **Edital FAPEMA nº 035/2018** – Redes Territoriais – prorrogado. Maranhão: FAPEMA, 2018. Disponível em: <https://www.fapema.br/edital-fapema-no-0352018-redes-territoriais/>. Acesso em: 05 abr. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias:**

2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:
https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home. Acesso em: 09 de mar. de 2024.

FAPEMA - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA. **Edital FAPEMA nº 035/2018 – Redes Territoriais – prorrogado**. Maranhão: FAPEMA, 2018. Disponível em:
<https://www.fapema.br/edital-fapema-no-0352018-redes-territoriais/>. Acesso em: 05 mai. 2024.

MARTINELLI, T.; SILVA, M. B.; SANTOS, S. R. D. Vigilância socioassistencial na política de assistência social: concepção e operacionalidade. **Revista Katálysis**, v. 18, n. Rev. katálysis, 2015 18(1), p. 104–112, jan. 2015.

MIRANDA, A. A. B. de. TERRITÓRIOS VIVOS E USADOS: o processo de acumulação por despossessão e os conflitos socioambientais no Baixo Parnaíba/Ma. In: **X JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 2021, São Luís/MA. Anais, São Luís: UFMA, 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1980.

SOUZA, M. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento (pág. 77 – 116) In: CASTRO, Iná; et al (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.